

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.653.691 - SP (2020/0017150-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : GEORGIA MARIA GONÇALVES DIAS COFFERS
ADVOGADOS : RAFAEL PEREIRA LIMA - SP262151
MAYARA CHRISTIANE LIMA GARCIA - SP345102
AGRAVADO : PAULO ROBERTO GONÇALVES DIAS
ADVOGADO : MARIANNY ANDREA DIB MOREIRA - SP378661

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por GEORGIA MARIA GONÇALVES DIAS COFFERS, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

Agravo de instrumento. Inventário. Decisão que deferiu a partilha de 50% dos valores constantes em conta corrente mantida pela “de cujus” em conjunto com o agravado. Pretensão de reforma da decisão para o fim de que seja partilhado o valor integral constante na conta corrente. Decisão mantida. Presunção de igualdade de quinhões existentes em conta conjunta. Recurso a que se nega provimento. (fls. 674).

A recorrente alega violação dos arts. 1.315, parágrafo único, do CC e 371 do CPC, no que concerne à presunção relativa referente à partilha de valores depositados em conta conjunta do *de cujus* e apreciação das provas, trazendo os seguintes argumentos:

Destas lições retro, o que se extrai é o único entendimento lógico possível sobre o tema da presunção relativa, a saber: toda presunção relativa revela o posicionamento da lei processual em favorer uma parte, em detrimento de outra, porque ao longo do desenvolvimento histórico-jurídico brasileiro observou-se que aquele fato presumido tende a ocorrer mais frequentemente em consideração ao fato contrário.

Nesse compasso, ao aplicarmos tal exegese no vertente caso, denota-se que as contas correntes conjuntas são costumeiramente de propriedade de duas pessoas condôminas que as têm em partes iguais, isto é, uma parcela igual e exata para cada correntista proprietário.

Desta feita, é compreensível que a análise sumária desta lide resulte na conclusão de que o Recorrido e sua genitora possuíam, cada um, 50% (cinquenta por cento) da propriedade da conta corrente nº 704.423-2, mesmo porque esse é o entendimento imposto pelo artigo 1.315, parágrafo único, da lei cível.

O infortúnio enfrentado neste caso – e é onde o nobre Desembargador se equivocou – é que a presunção do artigo aludido não é absoluta, mas relativa. Logo, é totalmente justificável (e crucial, para fins

de cumprimento do dever judiciário de priorizar a verdade e efetivar a Justiça) a apresentação de provas e discussão da veracidade dos fatos narrados.

[...]

Ora, Vossa Excelência, é precisamente estes os argumentos sustentados pela Recorrente no debate sob estudo. No que diz respeito às provas da contribuição, a Recorrente apresentou em segundo grau de jurisdição documentos suficientes para constatar que o Recorrido em nada contribuiu para acumular a soma de R\$ 81.572,92 (oitenta e um mil, quinhentos e setenta e dois reais, e noventa e dois centavos), vez que a única pessoa detentora de bens significativos era e sempre foi a própria de cujus.

Tais provas, aliás, demonstram que o Recorrido nunca foi possuidor de quantia expressiva depositada em qualquer uma de suas diversas contas bancárias. Inclusive, a título de complementação, nos autos do processo de origem nº 1000122-07.2017.8.26.0032, em trâmite na 2ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de Araçatuba-SP, ao Recorrido foi concedida a benesse da justiça gratuita, uma vez que comprovou, perante o d. juízo de piso, não ter renda suficiente para arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo próprio (fls. 290 destes autos) 4 .

[...]

De mais a mais, no que tange o ânimo de cada condômino para aquisição da coisa comum, a Recorrente sustentou que a referida conta corrente era de titularidade somente da de cujus até novembro de 2015. Contudo, em razão da sua avançada idade e da necessidade de auxílio para efetuar operações financeiras junto ao banco e atividades afins, em 10 de dezembro de 2015, a falecida incluiu o Recorrido como correntista conjunto.

Logo, o ânimo da genitora dos herdeiros era tão só a facilitação do uso e movimentação dos seus ativos financeiros, e, não, doar ao Recorrido metade dos valores que possuía sozinha até novembro de 2015.

[...]

O exaurimento do conjunto probatório é de suma valia no caso em tela porque a razão da interposição do Agravo de Instrumento foi justamente a aplicação de uma presunção meramente relativa em um contexto processual em que havia produção de inúmeras provas que elidem tal presunção. Portanto, o intento mor da Recorrente era exatamente a reanálise minuciosa das provas, a ser realizada pelo nobre Desembargador, o que não ocorreu.

A Recorrente afirma veementemente que o Tribunal a quo não examinou as provas constantes dos autos apoiando-se na clarividente inexistência de qualquer menção às provas na fundamentação do v. acórdão, seja para valorizá-las ou afastá-las no ato jurisdicional. Nesse compasso, vejamos adiante os dois únicos parágrafos da decisão recorrida que aludem ao conjunto probatório (fls. 675 e 677), com nossos destaques:

[...]

Contudo, Vossa Excelência, apenas para consubstanciar este Recurso Especial, como é possível alegar que inexistente prova bastante no processo, considerando que foi fornecido o extrato da conta corrente nº 704.423-2, o qual demonstra que os valores perseguidos já existiam depositados muito antes da inclusão do Recorrido como titular conjunto?

Portanto, em conclusão deste tópico das razões do pedido de reforma, o que a Recorrente almeja demonstrar aos nobres Julgadores é que o Tribunal a quo definitivamente não indicou na decisão as razões da

formação de seu convencimento, impedindo a Recorrente de compreender como e por quê as provas produzidas pela mesma são insuficientes para materializar o seu direito. (fls. 688/695).

É o relatório.

Decido.

No que concerne ao recurso especial, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

A controvérsia recursal cinge-se a respeito do indeferimento da partilha integral da conta corrente mantida pela de cujus em conjunto com o herdeiro Paulo Roberto Gonçalves Dias.

Com efeito, cuida-se de inventário dos bens deixados por Nair Gonçalves, falecida em 29.12.2016, mãe da inventariante, ora agravante.

Ao que se constata, a falecida possuía conta corrente em conjunto com seu filho Paulo Roberto Gonçalves Dias, ora agravado, com o saldo de R\$81.572,92, na data do óbito (fls. 31 dos autos originários).

É certo que, tratando-se de conta conjunta, há a presunção de que o saldo nela existente pertence a todos os titulares, não podendo a totalidade do numerário ser considerado como de propriedade exclusiva de apenas um deles. **Ocorre que essa presunção de condomínio pode ser afastada por prova em contrário, o que não é o caso dos autos, pois não há prova de que a totalidade dos valores da conta pertença a apenas um dos titulares.**

[...]

Nos documentos constantes do agravo de instrumento e nos autos do inventário (processo digital) não há informações suficientes para reconhecer que o herdeiro nada contribuiu para com a conta corrente. (fls. 675/677).

Assim, portanto, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda

Superior Tribunal de Justiça

Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente